

ARGENTINA

Milei abre arquivos da ditadura militar

No 49º aniversário do golpe que levou as Forças Armadas ao poder, presidente anuncia suspensão do sigilo dos documentos sobre o período de 1976 a 1983 e promete "memória completa". Sobreviventes de torturas falam ao **Correio**

» RODRIGO CRAVEIRO

s feridas produzidas pela ditadura militar seguem abertas na alma de Fatima Cabrera de Rice, 67 anos, mãe de três filhos e avó de três netos. "Fui sequestrada, aos 17 anos, em 11 de outubro de 1976, com o sacerdote irlandês Patricio Rice. Sobrevivi por causa da pressão do governo da Irlanda. Fiquei por um mês nos centros de detenção e de tortura Garagem Azordato e na Coordenação Federal, o local que pertencia à Polícia Federal. Nesses dois lugares, sofri torturas por todo o corpo. As mais terríveis eram nos genitais. Diziam que eram para que não tivéssemos filhos", contou ao Correio, por telefone. Fatima ficou mais dois anos e meio presa. Mais tarde, reencontrou-se e casou-se com Patricio.

Em 1973, Ernesto Lejderman, 53, era um bebê de apenas dois anos, quando presenciou o pai, argentino, e a mãe, mexicana, serem assassinados pelos soldados, no norte do Chile. Resgatado pela avó, em 1974, ele mudou-se para Buenos Aires, onde militou na Organização de Familiares de Presos e de Desaparecidos. "Não buscamos vingança, não temos ódio, não queremos que os militares e assassinos passem o que passamos. Só queremos justiça", disse ao **Correio**.

No 49º aniversário da ditadura militar, Ernesto e Fátima se reuniram, ontem, a milhares de pessoas em uma marcha pelas ruas da capital. Aos gritos de "Mães da Praça, o povo as abraça" — uma alusão à ONG Madres de Plaza de Mayo (Mães da Praça de Maio) —, ativistas dos direitos humanos, familiares de vítimas e integrantes dos movimentos sociais carregaram uma imensa faixa com os rostos dos mortos durante o regime e caminharam até a Plaza de Mayo.

Foi ali, horas antes, que o presidente Javier Milei ordenou a imediata desclassificação (fim do sigilo) dos arquivos em poder da Secretaria de Inteligência de Estado (Side) vinculados às atividades militares e guerrilheiras entre 1976 e 1983. "Em uma data como esta, os argentinos devem valorizar a paz alcançada na democracia e reafirmar nosso compromisso com a memória completa, sem omissões e sem distorções políticas", afirma nota da Presidência da Argentina.

Comparação

Manuel Adorni, porta-voz da Casa Rosada, anunciou que os documentos da ditadura ficarão sob tutela do Arquivo Geral da Nação. "Em



Manifestantes carregam faixa com as fotografias dos rostos de desaparecidos durante a ditadura militar, em marcha na capital, Buenos Aires





Sofri torturas por todo o corpo. As mais terríveis eram nos genitais. Diziam que eram para que não tivéssemos filhos"

> **Fatima Cabrera de Rice,** 67 anos, professora e sobrevivente da ditadura argentina

nosso compromisso inabalável com os direitos humanos, contar a história completa é tarefa crucial", declarou à imprensa. "O que ocorreu no passado deve estar nos arquivos da memória, não nos arquivos de inteligência", emendou. O governo Milei equipara os crimes das Forças Armadas aos dos guerrilheiros, tese refutada pelas organizações de





Não buscamos vingança, não temos ódio, não queremos que os militares e assassinos passem o que passamos. Só queremos justiça"

Ernesto Lejderman, 53 anos, viu os pais serem mortos pelo regime militar chileno e foi levado para a Argentina pela avó

direitos humanos. "A violência ilegal exercida pelo Estado não pode ser comparada com a violência das organizações terroristas", explicou à reportagem Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA).

Apesar da decisão de Milei em relação aos arquivos, a Casa Rosada divulgou dois vídeos polêmicos. Em um deles, Agustín Laje Arrigoni, um escritor conservador argentino, questiona o balanço de 30 mil mortos durante a ditadura e cobra a urgência de uma "memória completa". "Neste Dia da Memória, defendemos a liberdade de conhecer a nossa história completa", declarou. "A quem ocorreu que 8.961 ou 7.300 (mortos) não eram suficientes para dimensionar a magnitude da violência e o desastre da ditadura militar? A quem ocorreu que não eram suficientes para dizer 'Nunca mais'? A quem ocorreu que esses números, por si só, não causavam irritação?", questionou.

O professor Miguel De Luca vê o anúncio de Milei com reservas. "Ainda não há uma decisão concreta. O governo eliminou algumas áreas do Estado encarregadas de investigar o passado da ditadura. É pouco credível que esses anúncios sejam efetivos ou levem a resultados relevantes", advertiu.

Críticas

Sobreviventes da ditadura também demonstram ceticismo e criticam Milei. "A abertura dos arquivos da Side não é mais do que pura declamação demagógica. A verdade é que o governo desmarmou os setores dependentes da Secretaria de Direitos Humanos que se ocupam da investigação dos arquivos confidenciais, ao demitir todos os funcionários especializados", comentou ao Correio o jornalista Carlos Muñoz, 68, que esteve preso no famigerado centro de tortura ESMA entre novembro de 1978 e fevereiro de 1980.

"A tortura foi usada em todos os nossos camaradas sequestrados e desaparecidos. Não fui exceção. Recebi choques elétricos por todo o corpo. Colocaram um saco de polietileno enrolado em minha cabeça impedindo a respiração. Mergulharam-me em um balde de água até a asfixia. Colocaram algemas nos meus tornozelos e cobriram minha cabeça com um capuz", relatou. Ele entende que igualar os "gravíssimos delitos de lesa-humanidade de agentes do Estado com a lutra contra a ditadura de militares populares busca impunidade para os genocidas julgados e condenados, por meio de uma 'anistia'".

"O governo fala de verdade completa. Para nós, que fomos vítimas, não serve uma memória completa, pois isso inclui os militares", afirmou Fatima Cabrera. Ela sublinhou que todas as ditaduras da América do Sul cometeram terrorismo de Estado e defendeu que os agentes da ditadura sejam condenados a crimes de lesa-humanidade.

ESTADOS UNIDOS

Governo enviou por engano plano de guerra a um jornalista

O jornal *The New York Times* qualificou o escândalo como uma "extraordinária falha de segurança". O presidente dos EUA, Donald Trump, tratou de se distanciar do caso. Um jornalista americano foi incluído acidentalmente em um grupo de troca de mensagens no qual o secretário de Defesa, Pete Hegseth, e altos funcionários do governo discutiam ataques iminentes contra os rebeldes huthis do Iêmen, confirmou a Casa Branca.

Trump anunciou os ataques em 15 de março, mas o editor-chefe da revista *The Atlantic*, Jeffrey Goldberg, afirmou que recebeu um aviso sobre o plano horas antes, por meio de um grupo no aplicativo Signal. "A sequência de mensagens que foi relatada parece ser autêntica e estamos revisando como um número foi adicionado inadvertidamente à conversa", indicou o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Brian Hughes.

A Casa Branca afirmou que Trump "tem a máxima confiança em sua equipe de segurança nacional", após o presidente declarar não estar ciente dessa aparente falha. "Não sei de nada sobre isso", dissee o presidente, ao ser perguntado sobre a inclusão do repórter nas conversas. "Estou ouvindo isso de vocês pela primeira vez", respondeu Trump aos jornalistas. "Em todo caso, o ataque foi muito eficaz", acrescentou. Hegset disse que



Trump garantiu que "não sabia de nada" sobre o vazamento

"ninguém estava enviando mensagens sobre planos de guerra".

O vazamento poderia ter sido muito prejudicial se Goldberg tivesse publicado detalhes do plano com antecedência, mas ele não o fez, nem mesmo depois do fato. Goldberg escreveu, no entanto, que Hegseth enviou ao grupo informações sobre os ataques, incluindo "alvos, armas que os Estados Unidos usariam e a sequência do ataque". "De acordo com o extenso texto de Hegseth, as primeiras detonações no Iêmen seriam sentidas duas horas depois, às 13h45, horário do leste" dos EUA, detalhou Goldberg, um cronograma que depois foi cumprido no terreno.

Goldberg disse que o adicionaram ao grupo dois dias antes e que recebeu mensagens de outros altos funcionários do governo designando representantes que trabalhariam no assunto. Em 14 de março, uma pessoa identificada como o vice-presidente JD Vance expressou dúvidas sobre a realização dos ataques, dizendo que odiava "resgatar a Europa novamente", uma vez que os ataques huthis contra navios afetavam mais os países daquele continente do que os EUA.

Membros do grupo identificados como o assessor de Segurança Nacional, Mike Waltz, e Hegseth enviaram mensagens argumentando que apenas Washington tinha a capacidade de realizar a missão. O vazamento provocou indignação entre a oposição democrata. O líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, descreveu-a como "uma das violações mais surpreendentes à inteligência militar".